

EDITORIAL

DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO

Este número da *Revista @mbienteeducação*, publicação digital do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, tem como tema a Educação Básica. Os artigos aqui apresentados trazem resultados de pesquisas desenvolvidas nas respectivas instituições, e contribuem com valiosas reflexões sobre os processos formativos desenvolvidos nos ambientes educacionais e sobre as políticas públicas de educação proclamadas no Brasil, nas últimas décadas, sobretudo, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que consolidou a educação como direito subjetivo. Os textos abordam questões presentes em cada uma das etapas da Educação Básica, com destaque para a garantia de acesso e qualidade de ensino. Contudo, não se restringem à Educação Básica, uma vez que as questões presentes neste nível de ensino deitam raízes na sociedade em geral, e, principalmente, na Educação Superior e no mundo do trabalho.

É possível perceber que, no cenário atual, quando se considera posta a garantia legal de universalização do acesso, a questão da qualidade passa a ocupar lugar de destaque no debate, uma vez que a qualidade de ensino é uma questão complexa que se define considerando-se variáveis que extrapolam o ambiente escolar.

A discussão sobre a qualidade de ensino nos remete a outra questão que aparece fortemente: a desigualdade social. Temos um modelo de escola, que se consolidou em uma sociedade desigual, fundado na promessa de contribuir para a eliminação desta desigualdade. No entanto, revelou-se, ao contrário, um poderoso instrumento de reprodução da desigualdade que a escola foi construída para combater. As reflexões sobre a qualidade de ensino apontam para a necessidade de que o atual modelo de escola seja repensado, de modo a definir-se para a escola um papel social compatível com a construção de uma sociedade mais humana, onde seja possível a convivência produtiva entre os diferentes.

A redefinição do papel social da escola tem sido tema de muitas discussões, estudos e mesmo de elaboração e execução de políticas públicas, por parte de formuladores e gestores educacionais. Esse movimento em torno da escola e seu papel social tem questionado o modelo dominante de escola, consolidado com base nos princípios do pensamento moderno, que tinha nas chamadas “promessas da modernidade” seus pilares de sustentação. Tal modelo tem sido relacionado com a falta de qualidade da educação, cuja precariedade evidencia o desempenho insatisfatório das crianças após frequentarem o sistema escolar por anos a fio. Por isso, o encontro de alternativas a este modelo vem se tornando também objeto de estudos e de investimento. Esse modelo tem a desigualdade no seu DNA e, historicamente, tem contribuído para o desenvolvimento de uma sociedade compatível com a sua natureza. Certamente, decorre dessa situação a presença tão forte deste tema nas pesquisas e estudos apresentados nos artigos que compõem este número da revista.

Organizamos esses artigos em três blocos. No primeiro, colocamos os que tratam da desigualdade e de seus desdobramentos mais diretos. Assim, incluímos nesta parte os artigos “Por um Brasil menos desigual?”, no qual o professor Valério Arcary discute a questão da desigualdade social como uma decorrência do modelo de desenvolvimento do Capitalismo adotado no Brasil, e analisa a mobilidade social, relacionando-a com a escolaridade média. Nesse sentido, aponta algumas inconsistências nos discursos dos defensores do governo Lula, que festejam a mobilidade social registrada no Brasil com base, apenas, no aumento de consumo de bens semiduráveis.

A falta de acesso à educação ou a exclusão do sistema escolar é um dos reflexos diretos da desigualdade social. No Brasil, há grandes contingentes que não tiveram acesso ao sistema formal de educação ou dele foram excluídos, gerando grande demanda pelos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). É a questão que a professora Lourdes de Fátima P. Passoni discute, trazendo a base epistemológica necessária para a construção de currículos emancipatórios para a EJA, elemento indispensável para se promover a reorientação curricular nessa modalidade de ensino.

Outra questão frequentemente relacionada à desigualdade é a violência social. Esta questão, que tem afligido toda a sociedade, está presente na escola. No artigo “Ensino Médio: um estudo sobre os tipos de violência presentes no ambiente escolar” a professora Karina Maldonado apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou os tipos de violência presentes na escola, especificamente envolvendo adolescentes. O artigo aborda as múltiplas interfaces da violência juvenil, trabalhando a partir de um referencial que procura compreender a violência como manifestação de conflitos relacionados ao movimento de busca de uma identidade e da própria afirmação como adultos.

A questão da violência é também abordada pela professora Maria Cecília Sanches Teixeira no artigo “Violência Escolar: o medo nosso de cada dia”, no qual ela apresenta os resultados de pesquisa realizada sobre o imaginário do medo e a violência na escola. A pesquisa buscou compreender como as imagens simbólicas da violência e do medo se manifestam nas representações e vivências cotidianas de alunos, e em suas relações com os professores e com a escola. Sob este aspecto, a violência é vista em uma perspectiva ampliada, que considera, além das condições objetivas às quais os sujeitos estão submetidos e sua subjetividade, os fatores estruturantes da convivência social, isto é, uma manifestação do imaginário social. Finalizando este primeiro bloco, o artigo dos professores Roberta Vasconcelos Leite e Miguel Mahfoud discute a articulação entre educação escolar e cultura popular. No artigo, os docentes apresentam resultados de um estudo que investigou como a escola de uma comunidade rural se insere na dinâmica de manutenção dos valores locais.

Escolaridade obrigatória e qualidade de ensino

No segundo bloco, os trabalhos discutem, de forma mais direta, a questão da escolaridade obrigatória e da qualidade de ensino. Trata-se de temas que vêm recebendo destaque em estudos, pesquisas e mesmo nas políticas públicas de educação. Com relação à escolarização básica obrigatória, parece haver um consenso, no sentido de considerar-se uma questão resolvida, pelo menos em termos legais. A Constituição determina, e todas as leis a ela subsequentes confirmam a educação como direito subjetivo, garantido a todos os brasileiros, inclusive àqueles que a ela não tiveram acesso na idade adequada, sendo o oferecimento pelo poder público e a frequência pela criança e adolescente entre os seis e 14 anos obrigatórios. No que diz respeito a este tema, as discussões têm se voltado para os ajustes necessários em termos

de concepções e condições para que a garantia desse direito se torne efetiva. Já com relação à qualidade de ensino, a situação não tem sido tranquila. Os artigos apresentados indicam que não há consenso com relação a este tema, e que ainda é preciso caminhar muito até se chegar a um entendimento. Os textos permitem inferir que falta entendimento sobre o conceito de qualidade, sobre os instrumentos que permitam avaliar a qualidade e sobre um padrão de qualidade que possa ser aceito como referência para todos.

Nessa perspectiva, no artigo “Qualidade da educação e Ensino Fundamental de nove anos: algumas reflexões”, as professoras Márcia Aparecida Jacomini e Sylvie Bonifácio Klein apresentam os resultados de uma pesquisa que estuda a articulação entre Ensino Fundamental de nove anos e a qualidade de ensino. O artigo destaca, nos documentos oficiais, a ideia segundo a qual o aumento da escolaridade obrigatória significa aumento dos tempos de aprendizagem, colocando, desta forma, o Ensino Fundamental de nove anos como política que visa a alterar a qualidade do Ensino Fundamental obrigatório. As autoras analisam o percurso de lutas e contradições percorrido pelo sistema educacional brasileiro, até estabelecer-se um consenso em torno da ideia de que todos têm direito a uma determinada escolarização. Com relação à questão da qualidade, destacam aspectos importantes a serem considerados: não se trata de um conceito neutro; há um acordo de que melhorar a qualidade é uma necessidade; há uma tendência a voltar-se para uma noção antiga de qualidade; e finalmente a recomendação de não se opor qualidade à quantidade. No artigo “A Ludicidade e a criança: (des)arranjos no Ensino Fundamental de nove anos”, os autores Nair Correia Salgado de Azevedo, Mauro Betti e José Milton de Lima discutem a polêmica relacionada à antecipação do ingresso das crianças no Ensino Fundamental. Para eles, tal antecipação coloca em destaque a necessidade de mudança de concepção de educação para crianças e das práticas curriculares. Nessa perspectiva, tomam o jogo e a brincadeira como objeto de análise e discutem a expectativa oficial, segundo a qual tal mudança promoverá um salto de qualidade. O artigo analisa, considerando vários pontos de vista, em que medida ampliar as possibilidades de acesso melhora a qualidade.

Para que seja garantido o direito à escolaridade obrigatória, há necessidade de criação de espaços alternativos, nos quais esse direito seja assegurado mesmo àqueles que estejam impossibilitados de frequentar uma escola convencional. Nesse sentido, as professoras Simone Maria Rocua e Maria da Conceição Passeggi trazem a discussão da Classe Hospitalar como possibilidade de assegurar a continuidade de escolarização das crianças e adolescentes que se encontram hospitalizadas. O texto discute o trajeto da Classe Hospitalar e sua inserção na educação no Brasil, impulsionada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SPB), entre outras. A Classe Hospitalar resulta de uma visão sobre o educar, que focaliza aspectos psicopedagógicos com fins de inclusão de programas e projetos de humanização hospitalar. As autoras apontam, ainda, a necessidade de ampliação desse tipo de atendimento, considerando a amplitude da demanda não atendida.

Para finalizar este bloco, escolhemos o artigo “Escrita e ensino de Língua Portuguesa: Algumas reflexões sobre o processo de autoria”, dos professores Luiz Antonio Ferreira e Angelo Alecsandro Dal Col, que discutem outro lado do direito à educação, ou seja, a qualidade do ensino à qual as crianças e adolescentes têm direito. Ao analisar os processos envolvidos no ensino de diversos gêneros textuais, os autores procuram elencar algumas metodologias que podem contribuir para o aprimoramento de tais gêneros discursivos nas práticas escolares. Destacam as peculiaridades pessoais, institucionais e regionais envolvidas no processo de ensino, e a relação entre escola e sociedade como princípio que precisa ser levado em conta no ato de ensinar. O texto enfatiza a preocupação política com a qualidade de ensino, e aponta as práticas escriturais como caminho para evitar o círculo vicioso da escrita voltada à leitura

do professor. Trata-se de um artigo que, por um lado, fecha este bloco, no qual se discute escolaridade obrigatória e qualidade de ensino e, por outro, abre o bloco seguinte, composto de artigos que tratam dos processos formativos.

Processos formativos

Os artigos do bloco anterior evidenciam que a questão da qualidade da educao vem sendo muito discutida. Muitos são os fatores relacionados pelos pesquisadores e gestores educacionais como relevantes no processo de melhoria da qualidade do ensino e, dentre estes, os processos formativos têm aparecido com destaque cada vez mais significativo.

Assim, organizamos um bloco de artigos que discutem esses processos. No artigo “A formao continuada de docentes na Educao Infantil, no tatame educacional”, os professores José Robens Lima Jardimino e Thatiana F. Guedes Pinada apresentam uma pesquisa, realizada no município de Jandira, que buscou compreender os impactos da Formao Continuada de professores em sua prática docente. Os pesquisadores destacam a necessidade de ouvir os professores como um caminho de pesquisa importante, uma vez que, na formao de professores atuantes na Educao Infantil, “cada palavra chama a ateno para uma necessidade, uma reflexão e para desafios...”.

No artigo “Dispositivo de formao: vivências no espaço grupal”, uma equipe de educadores da Universidade de Santa Maria estuda os mecanismos de constituio e funcionamento dos grupos e, ao estudá-los, os considera como um território de possibilidades de vivências e aprendizagens significativas. Os educadores analisam saberes e representaes constituídos pelas pessoas que compartilham experiências da produo coletiva do grupo de estudos; levantam características específicas do grupo e concluem que o espaço grupal vai além da formao do profissional de educao, na medida em que forma um sujeito social que traz sua história de vida para a sala de aula, além dos aspectos acadmicos, em funo das possibilidades de trocas e aprendizagem compartilhada. No artigo “Formao e trabalho docente na Educao Básica: mudanças paradigmáticas do perfil dos professores”, os autores Adolfo Ignácio Calderon e Vlademir Marim discutem os desdobramentos específicos das mudanças paradigmáticas no campo da formao e analisam a formao e o trabalho na educao, bem como o pragmatismo presente nos processos formativos, na busca da formao de professores com perfil adequado ao mercado educacional. Concluindo esta parte, a Professora Mary Rangel discute no artigo “Fundamentos Pedagógicos e dimensões do processo educativo de ensino aprendizagem: questões básicas da escola básica” a relao entre ensino e aprendizagem, e, embora reconheça a possibilidade de aprendizagem por um método autnomo e ensino sem que se alcance a meta da aprendizagem, aponta que “o que identifica a prática didática  a relao entre o ato de ensinar e o processo de aprender”.

Esta edio traz, ainda, uma entrevista com o Economista Ladislau Dowbor, discutindo a relao entre educao e desenvolvimento local em contextos metropolitanos. Na entrevista, questiona-se o modelo vigente de escola, que v a educao como meio de encontrar espaço mais alto no topo da pirâmide, e sinaliza com a possibilidade de a escola assumir a perspectiva de que a educao deve se somar a um vetor de promoo do conjunto da comunidade. Nessa perspectiva, a escola pode se utilizar dos diversos meios de comunicao e assumir o papel de gestora do conhecimento hoje existente, constituído-se em polo de enfrentamento da desigualdade social, que, segundo o professor,  “nosso pecado original”.

Finalmente, este número da *Revista @ambienteeducação* apresenta a resenha, escrita pela professora Ângela Maria Martins, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo, sobre o livro *Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: Unesco, 2010, organizada por Romualdo Portela de Oliveira e Wagner Santana, obra cuja leitura é indispensável para aqueles que desejam estudar a questão do Federalismo brasileiro, buscando entender desde suas origens até a complexidade com a qual se apresenta.

Como é possível perceber, pelo conteúdo apresentado nesta edição, a Educação Básica tem sido objeto de muitos estudos que evidenciam a amplitude e importância do tema, que também tem sido objeto de políticas públicas, com vistas à melhoria da qualidade da educação oferecida às nossas crianças e jovens. Além da discussão sobre a qualidade do ensino, as reflexões sobre o tema envolvem diversos aspectos relacionados à política, à economia e à cultura, entre outros fatores que organizam o convívio social. Além desses fatores, perpassa por todo o conteúdo da revista, de maneira mais ou menos explícita, a questão da desigualdade social, tida como matriz dos problemas que preocupam os educadores e as pessoas interessadas no destino da educação. Nesse sentido, a questão da desigualdade social emerge como tema que merece atenção especial da sociedade brasileira, que precisa eleger como meta dos próximos anos a sua redução a patamares humanamente aceitáveis.